

**ATA DA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e cinquenta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Renato Câmara e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Tivemos um café da manhã com o Coral da Alems, em homenagem ao Dia 8 de Março, Dia Internacional das Mulheres, dia de luta e de reflexão sobre a participação das mulheres na sociedade. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Comunico a justificativa de ausência do deputado Lucas de Lima, conforme CI nº 07/2026, e do deputado Junior Mochi, conforme CI nº 012/2026, na data de 5 de março de 2026, em virtude de agenda externa. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que faça a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, deputadas, público presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. *“Ata da Décima Primeira Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quarenta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Renato Câmara e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata Onze da Décima Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 35/2026, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 55.361, 55.365, 55.368, 55.371, 55.374, 55.377, 55.386, 55.397, 55.402, 55.421, 55.426, 55.435, 55.439, 55.442, 55.445, 55.448, 55.455, 55.458, 55.461, 55.464, 55.467, 55.470, 55.476, 55.485, e 55.560/2026, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 12.766/2026, da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 8, 106, 178, 180 e 181/2026, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Zé Teixeira, Gerson Claro, Professor Rinaldo, Renato Câmara, Paulo Duarte, Pedrossian Neto, Gleice Jane, Coronel David e Junior Mochi. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Zeca do PT e Zé Teixeira. GRANDE EXPEDIENTE – Usou da palavra o deputado Zé Teixeira. ORDEM DO DIA – Foram aprovadas, em redação final e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 146/2025, de autoria do deputado Marcio Fernandes; Projeto de Lei nº 271/2024, de autoria da deputada Gleice Jane. Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Lei nº 229/2025, de autoria da deputada Lia Nogueira. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Jamilson Name, endereçada aos familiares de Milton Figueiredo;*

requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada ao soldado PM João Vitor Rocha Esteves e ao cabo PM Reinaldo Barbosa Alvarenga Junior, integrantes da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, pelo notável ato de bravura, profissionalismo, preparo técnico e elevado espírito humanitário demonstrados no exercício de suas funções; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Jamilson Name, endereçada ao empresário senhor Gilvan Garcia Lemos, proprietário da empresa Manancial Variedades, em reconhecimento à sua relevante atuação social e ao trabalho voluntário desenvolvido em prol da comunidade do Jardim Itamaracá e região, nesta Capital; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada ao Grupo Trabalho e Estudos Zumbi (TEZ) e à senhora Fernanda Serafim, pela sua eleição e posse como presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria dos deputados Paulo Corrêa, Gerson Claro e Coronel David, endereçada ao doutor Renzo Siufi, promotor de Justiça, eleito novo presidente do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União para o ano de 2026; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada ao senhor Vinícius Rondon Toscano de Brito Gomes, em reconhecimento à sua destacada trajetória de formação profissional especializada na defesa pessoal feminina e aos relevantes serviços prestados em instituições e áreas ligadas à segurança, à defesa pessoal e à capacitação tática; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada à Associação DeMolay Alumni de Mato Grosso do Sul (Adae-MS), na pessoa do seu presidente estadual, senhor Rômulo Fernando Cândido Mariano Machado, pela idealização, coordenação e execução da ação social "Asas que Conectam — Doe sangue. Doe medula. Salve vidas!", de relevante impacto social e humanitário em todo o estado; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada ao programa TV Nikkey MS, representado pelo diretor-presidente, senhor Bernardo Yukihige Tibana, pelos 19 anos de existência e relevantes serviços prestados à comunidade; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Professor Rinaldo, endereçada à coronel médica Cláudia Lima Gusmão Cacho, por sua indicação ao quadro de oficiais-generais do Exército Brasileiro; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Professor Rinaldo, endereçada ao soldado PM Helder Ferreira Guedes, do Batalhão de Choque da PM/MS; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada à diretoria da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (Fetems), que celebra quarenta e sete anos de história, luta e compromisso com a educação pública e com os trabalhadores e trabalhadoras da educação sul-mato-grossense; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada às mulheres sul-mato-grossenses integrantes da Primeira Turma do Serviço Militar Inicial Feminino (SMIF), incorporada no âmbito do Comando Militar do Oeste, bem como ao comandante do Comando Militar do Oeste, Alcides Valeriano de Faria Junior, pela histórica incorporação das primeiras mulheres ao Serviço Militar Inicial em Mato Grosso do Sul; requerimento, de autoria do deputado Pedro Kemp, solicitando a disponibilização do Plenário Júlio Maia para a realização de audiência pública no dia 24 de março, das 13h às 18h, com o tema "Rios que conectam, obras que fragmentam: os impactos da hidrovía Paraguai-Paraná no Pantanal, seus povos e espécies"; requerimento de informações, de autoria dos deputados Gleice Jane e Renato Câmara; requerimento de informações, de autoria da deputada Lia Nogueira; indicações, de autoria dos deputados Renato Câmara, Jamilson Name, Neno Razuk, Marcio Fernandes, Lia Nogueira, Zé Teixeira, Antonio Vaz, Roberto Hashioka, Professor Rinaldo, Pedro Kemp e Caravina.

EXPLICAÇÕES PESSOAIS – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois

de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, quatro de março do ano de dois mil e vinte e seis". Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que faça a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores e senhoras deputadas. Antes de ler o expediente, peço licença, pela ordem, para agradecer à presença dos alunos do Projeto Líderes do Amanhã, do município de Ribas do Rio Pardo, que estão sendo acompanhados pelo nosso gabinete. É um orgulho recebê-los, com a presença do prefeito Roberson Moreira, que é engenheiro da cidade de Ribas do Rio Pardo, acompanhado da primeira-dama Adriana Corrêa Moreira e da senhora Keila Soares Trad, esposa do senador Nelsinho Trad, que ainda não pôde passar por aqui. Gostaria que os alunos levantassem para cumprimentar e saudar o presidente e os deputados da Casa, por favor. Estão lá, presidente, saudando Vossa Excelência e todos os senhores deputados. Muito obrigado! Posso fazer o grito de guerra, ou não? Posso? Vai, Corinthians! Beleza. Obrigado pela visita de vocês. Expediente da Sessão Ordinária de 5 de março de 2026: e-mail do Transferegov, encaminhando notificação de celebração do Terceiro Termo Aditivo – Convênio nº 941252/2023 (Prot. nº 400/2026); Ofício nº 17.098/2026, da Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Cultura de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 082/2026); e-mail de Jary de Carvalho e Castro, respondendo à moção de congratulação do deputado Pedrossian Neto (Prot. nº 220/2026). Senhor presidente, está lido o expediente conforme sua solicitação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero registrar e agradecer a presença dos alunos do Projeto Líderes do Amanhã, já anunciado pelo deputado Paulo Corrêa, do município de Ribas do Rio Pardo, que vieram a convite do nosso primeiro-secretário, acompanhados pelo prefeito Roberson Moreira e pela primeira-dama Adriane Moreira. Gostaria de cumprimentar, também, as seguintes autoridades do município de Ribas do Rio Pardo: a vereadora Tânia Maria, presidente da Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo; os vereadores José Heleriano, Rodrigo de Souza, Dione Lima Tavares; o secretário municipal da Juventude, Charlin Castro; e o professor Rodrigo Medeiros da Silva. Obrigado pela presença e sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa, Casa de Leis, da Cidadania e da Democracia do Estado de Mato Grosso do Sul. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, colegas parlamentares, público que nos assiste, venho fazer um comunicado à nossa liderança, aos nossos colegas, aos militantes da direita de Mato Grosso do Sul, que sempre foram perdendo seu protagonismo. Sempre foram escanteados, senhor presidente, para não dizer utilizados ou subaproveitados. É com certa tristeza que venho anunciar, talvez com a

mesma tristeza que vi na foto de ontem, naquele vídeo do Partido Liberal, com aquela falta de ânimo, com aquela falta de conexão. Estando eu em conexão com meu público, com a direita que deseja um novo caminho para Mato Grosso do Sul, venho comunicar a Vossa Excelência e ao meu líder, deputado Coronel David, que deixarei as fileiras do Partido Liberal, para encontrar um novo caminho para Mato Grosso do Sul. Então a direita e todos aqueles que queiram, verdadeiramente, lutar, perseguir os objetivos e ideias que acreditam, terão espaço junto conosco. Obrigado. Era o comunicado que eu deveria fazer de forma regimental, porque eu ocupo o espaço nesta Casa de Leis dedicado ao Partido Liberal. Obrigado!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Esta presidência toma esse registro, até porque durante este mês haverá várias mudanças de filiações, que vão impactar diretamente na formação de blocos. Então, oficialmente, o deputado João Henrique anuncia a saída do PL. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, antes de fazer a leitura das minhas proposições, também quero registrar que também senti um clima de velório ontem, naquela foto na sede do Partido Liberal em Brasília. Havia um clima de velório, não senti empolgação e parece que a direita não está conseguindo se entender muito bem. Já estão ocorrendo defecções aqui. Vamos ver o que vai acontecer, porque tem muita história pela frente. Quero apresentar uma indicação deste Poder ao senhor Marcelo Miglioli, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando a limpeza do mato e a retirada do lixo das áreas públicas no entorno do Centro de Educação Infantil Oscar — Obras Sociais e Comunitárias do Aero Rancho, localizado na Rua Charlotte, 382, bairro Aero Rancho. Indicação ao senhor Ademar Silva Júnior, secretário municipal de Meio Ambiente, Gestão Urbana e Desenvolvimento Econômico, solicitando medidas necessárias para a transferência das moradias irregulares que ocupam um terreno do Centro de Educação Infantil Oscar — Obras Sociais e Comunitárias do Aero Rancho. Apresento uma moção de congratulação ao professor Marco Utrera Martines, extensiva à equipe técnica e demais colaboradores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pela realização de pesquisa científica inovadora na área de oncologia, que avançou no desenvolvimento de uma nova forma de transportar medicamentos usados na quimioterapia. O trabalho desenvolvido no âmbito da universidade com apoio de organismo de fomento à ciência e tecnologia representa um avanço significativo no desenvolvimento de uma nova estratégia para tornar os tratamentos quimioterápicos mais eficazes e menos agressivos ao organismo. Os resultados obtidos com o uso da nanotecnologia para direcionar medicamento diretamente às células cancerígenas apontam para grande potencial de impacto na área da saúde, com possibilidade de aplicação futura no Sistema Único de Saúde e de transferência tecnológica para o setor produtivo. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente e senhores deputados, vou apresentar algumas indicações. Indicação ao senhor governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel, solicitando estudo visando à implantação de auxílio de saúde mensal, benefício de natureza indenizatória, às categorias de investigadores, escrivães, agentes de polícia científica, incluindo os servidores ativos e inativos, pensionistas do quadro da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul. Indicação ao senhor Rodrigo Perez Ramos, solicitando a viabilização de um projeto de conclusão da pavimentação asfáltica, junto à concessionária Motiva Pantanal, para aprovação do citado projeto referente ao trecho da rua Senador Pinheiro até o encontro da Rodovia MS-163, uma extensão de oitenta metros no município de Caarapó, distrito de Nova América. Indicação aos senhores deputados federais e senadores representantes do Estado de Mato Grosso do Sul, solicitando gestão na destinação de recursos da União a ser investido na aquisição de dez caçambas basculantes para entulho, a fim de atender à demanda do município de Sete Quedas. Indicação aos deputados federais e senadores do Estado de Mato Grosso do Sul, viabilizando recurso da União a ser investido na aquisição de aparelho de ar-condicionado, para atender às necessidades do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Mafalda Maria Pereira Targino, no município de Jateí. Indicação ao senhor Rodrigo Perez, solicitando, em caráter reiterativo e de urgência, a viabilização de vistoria técnica e adoção de providência necessária para o reparo e restauração da ponte localizada na rodovia MS-270, área rural, nas coordenadas geográficas constantes nesta indicação, no distrito de Itahum, no município de Dourados, tendo em vista que é precário o estado de conservação da referida ponte. Uma indicação à senadora Soraya Vieira Thronicke, solicitando destinação de recursos da União para a construção de uma segunda unidade de Centro de Referência de Assistência Social (Cras), no município de Nova Alvorada do Sul. Apenas isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Marcio Fernandes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Senhor presidente, para apresentar três indicações. Indicação ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão Empreendimentos (Agesul), solicitando a instalação de placas de identificação na região das Sete Placas até a comunidade quilombola Santa Teresa, no município de Camapuã. Indicação encaminhada à Agesul, solicitando patrolamento e encascalhamento da rodovia MS-422, especialmente em pontos estratégicos, no município de Camapuã. Por último, outra indicação à Agesul, também ao prefeito do município de Camapuã, com cópia ao secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando a revitalização e instalação de letreiros com a frase "Eu amo Camapuã" nos portais existentes nas entradas do município, bem como a instalação de um novo portal na saída para o município de Paraíso das Águas. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente, todos que nos acompanham pela TV Alems, pela Rádio Alems e pelas redes sociais. Quero cumprimentar a presidente da Câmara de Vereadores de Ribas do Rio Pardo, vereadora Tânia, que está acompanhando a nossa Sessão. Estava aqui também o prefeito Roberson, acho que já se ausentou. Em nome deles, cumprimento todos os presentes aqui. Trago, atendendo a um pedido da vereadora Tânia, que ela fez ao gabinete, sobre a preocupação com a pavimentação, a recém-pavimentação da rodovia MS-338, na chegada a Ribas do Rio Pardo, vindo de Camapuã. Ela relatou que a rodovia já tem problemas, desgastes na pavimentação, que foi recém-entregue — ou ainda está em fase de entrega —, e, como não temos informações detalhadas sobre isso, para poder informar à vereadora Tânia para que ela possa informar também à população de Ribas do Rio Pardo, estamos fazendo um requerimento endereçado ao secretário Guilherme Alcântara, solicitando informações acerca das obras de pavimentação da rodovia MS-338, especificamente no trecho compreendido entre a ponte do ribeirão das Brotas e a ponte do rio Pardo, cuja previsão de conclusão era dezembro de 2025, tendo em vista que o trecho apresenta problemas estruturais no pavimento. Se for uma obra já entregue, ela está dentro do prazo de garantia, a empresa tem obrigações de restaurar aquilo que deu problema, que é normal, uma obra grande dessa pode vir a ter problemas de execução. Se ela ainda não foi entregue, melhor ainda, porque dá para fazer essa correção antes da entrega oficial. Então, encaminho esse requerimento ao secretário Guilherme, para que preste informações à população de Ribas do Rio Pardo, em especial ao pedido da vereadora Tânia, presidente da Câmara. Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, a reserva do Plenário deputado Júlio Maia, na data de 25 de março de 2026, das 13h30 às 17h30, para a realização de audiência pública de iniciativa da Frente Parlamentar Municipalista, para debater e buscar soluções para as frequentes quedas de energia nas áreas urbanas e rurais do estado e a demora no restabelecimento do serviço. Solicito a disponibilização dos seguintes serviços: transmissão ao vivo pela TV e Rádio Alems, transmissão ao vivo pelas redes sociais funcionais, Facebook, Instagram, YouTube, assessoria de imprensa, fotógrafo, serviço de sonorização, taquigrafia, Cerimonial, copa, garçom e segurança. Não estou falando especificamente de uma das concessionárias, nós temos duas no estado, temos a Energisa e a Eletro. Temos muita reclamação, deputado Pedro Kemp, muitos pedidos de municípios, [de pessoas que moram em] área rural, assentamentos, área urbana também. Há reclamações muito recorrentes, como a demora na execução de obras de novas instalações, que são os chamados projetos, que podem demorar até mais de um ano e, principalmente, as obras de restabelecimento de energia quando há queda, a demora nesse serviço. Enviei um requerimento para Energisa, que foi respondido de forma parcial, encaminhei um novo requerimento e estou aguardando resposta, porque precisamos dar uma resposta para a população com relação a isso. Então, estou marcando essa audiência pública para chamar alguns atores, para discutirmos e que, dessa audiência, saia algum documento conclusivo. Acredito que temos uma dificuldade de investimento com relação às equipes para fazer esse restabelecimento da energia, no caso de queda, e é isso que discutiremos nessa audiência pública. De antemão, convido os colegas parlamentares para participar dessa audiência. Senhor presidente, por hoje é só. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Professor Reinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, deputado Gerson Claro, todos os colegas, senhores e senhoras que prestigiam esta Sessão. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvir o colendo Plenário, que seja enviado expediente ao governador do estado, com cópia ao diretor-presidente da Agesul, senhor Rudi Fiorese, solicitando os serviços de recuperação e manutenção da malha asfáltica da rodovia MS-386, que liga os municípios de Ponta Porã a Amambai; e rodovia MS-295, que liga os municípios de Amambai a Eldorado. Da mesma forma, a segunda indicação endereçada ao Governo do Estado, com cópia ao diretor-presidente da Agesul, solicitando a revitalização da MS-386, que liga Ponta Porã a Amambai; e da MS-295, que liga Amambai a Tacuru e a Eldorado. Essas são duas reivindicações que chegaram ao nosso gabinete por lideranças desses respectivos municípios. É o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Henrique. Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Jamilson Name: uma indicação (Prot. nº 00412/2026). De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 00419/2026). De autoria da deputada Gleice Jane: quatro indicações (Prot. nºs 00414/2026, 00399/2026, 00398/2026, 0397/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 00410/2026); uma moção de pesar (Prot. nº 00415/2026). De autoria da deputada Lia Nogueira: um projeto de lei (Prot. nº 00426/2026). De autoria do deputado Marcio Fernandes: três indicações (Prot. nºs 00405/2026, 00402/2026, 00401/2026). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nºs 0418/2026, 0417/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 00416/2026). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 00411/2026). De autoria do deputado Renato Câmara: sete moções de congratulação (Prot. nºs 00396/2026, 00395/2026, 00394/2026, 00393/2026, 00392/2026, 00391/2026, 00390/2026). De autoria do deputado Zé Teixeira: sete indicações (Prot. nºs 00413/2026, 00409/2026, 00408/2026, 00407/2026, 0406/2026, 0404/2026, 00403/2026).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Já chamei Vossa Excelência, não? No pequeno, agora é o grande. Grande Expediente, deputado Paulo Duarte. Por inversão? Transferida. Calma, Pedro Kemp, calma. Não chegou a vez de Vossa Excelência. Tenho certeza de que a sua fala é a mais importante da República neste momento, mas, vamos por partes. Deputado Zeca não está. Deputada Gleice... Deputado Pedro Kemp, professor Pedro César Kemp, Vossa Excelência vai falar? Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, existe um debate sendo feito no Congresso Nacional e é uma prioridade do Governo do presidente Lula neste ano de 2026, que é a redução da jornada de trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras, que é uma tendência mundial. Há, em vários países, essa tendência da redução da jornada de trabalho e queremos o fim da escala seis por um no Brasil, ou seja, os trabalhadores trabalham seis dias na semana e têm apenas um dia de

descanso. Há uma discussão de aprovação da escala cinco por dois, cinco dias trabalhados e dois dias de descanso para classe trabalhadora. Há estudos socioeconômicos, experiências práticas de empresas, que mostram que a redução da jornada gera mais qualidade de vida para o trabalhador, melhorando sua saúde física, mental, garantindo mais tempo de convivência com a família para o lazer e outras atividades de investimento pessoal e que isso se converte em melhoria e aumento da produtividade dos trabalhadores. É uma constatação de que a redução da jornada de trabalho, sem a redução do salário, significa melhoria na produtividade desses trabalhadores no ambiente de trabalho. Essa medida será especialmente importante para as mulheres, já que estamos no mês de março, do Dia Internacional das Mulheres, e quero fazer esse destaque, porque é uma medida muito importante para as mulheres trabalhadoras, já que a grande maioria cumpre dupla jornada de trabalho, pois, ao terminarem o expediente de trabalho, elas realizam atividades em casa, no cuidado com a família. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que dos quarenta e quatro milhões de trabalhadores com carteira assinada no Brasil, 75%, ou quase trinta e três milhões de pessoas, tinham contratos de quarenta e quatro horas ou mais por semana. Esses trinta e três milhões de trabalhadores estão submetidos a essa escala seis por um e sei que há posicionamentos contrários, principalmente de entidades de empresários, de industriais, que afirmam gerar custos bilionários, inflação e demissão. Esses empresários, essas entidades fazem esse debate contrário à redução da jornada de trabalho dizendo que isso vai gerar custos bilionários para o país, vai gerar inflação e vai provocar demissões no mundo do trabalho. Por exemplo, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) estima um aumento de duzentos e sessenta e sete bilhões por ano nos custos da folha salarial e a extinção de seiscentos mil empregos. Olha só, então começa a choradeira dos empresários. Toda vez que se conquista um direito da classe trabalhadora, tem, do outro lado, do capital, essa choradeira. "Vai gerar desemprego, vai aumentar o custo da produção". É isso e aquilo! Já vimos isso em outras épocas da história.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Conceda-me um aparte, deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Daqui a pouco o deputado vai ser contra, mas vou conceder, daqui a pouco.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Eu sou a favor de tudo...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Essa chiadeira que o deputado Zé Teixeira vai fazer aconteceu em outras épocas da história, quando a classe trabalhadora conquistou alguns direitos, quando se falou em férias remuneradas para os trabalhadores, quando foi falado em décimo terceiro salário, quando foi falado em licença-maternidade... "Ah, isso vai trazer um custo enorme para o país, vai quebrar o Brasil". Toda vez que vem um direito a mais para os trabalhadores, vai quebrar o Brasil, mas o Brasil nunca quebrou. A economia está bombando! Chegamos ao estágio em que o Brasil pode reduzir a jornada de trabalho dos trabalhadores e, graças ao presidente Lula, que é um presidente competente, que é uma liderança respeitada no mundo inteiro, hoje a economia está

bombando. Tivemos um anúncio do PIB, que cresceu 2,2%; a taxa de desemprego anunciada é uma das mais baixas da história, mas, para alguns empresários, os trabalhadores têm que voltar ao tempo da escravidão, sem descanso, sem remuneração, sem férias, trabalhar só para gerar riqueza para uma minoria. Quando se fala em garantir qualidade de vida para classe trabalhadora, vem essa chiadeira como nós vamos ouvir agora. Fala aí, deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Vossa Excelência, primeiro, tem que me dar o aparte. Segundo...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Concedo o aparte.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Como Vossa Excelência é uma pessoa inteligente demais, não pode supor o que vou falar. Primeiro, Vossa Excelência tem que ouvir o que vou falar, porque eu não vou falar por suposição de Vossa Excelência, eu vou falar pelo meu pensamento.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Então, vamos ver.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Deputado Pedro Kemp, há duas coisas na vida que não andam separadas, pode escrever: o capital e o trabalho. Porque quem não trabalha, nunca vai ter capital, que é feito na vida para comprar o trabalho de quem quer vender o trabalho. Estados Unidos, um país evoluído, paga por hora. Você quer trabalhar uma hora? Você trabalha uma hora e recebe uma hora. Você quer trabalhar dez horas? Você recebe dez horas. Você quer trabalhar vinte horas? Você recebe vinte horas. Não existe lei no mundo que possa obrigar uma pessoa a ter um empregado que ganhe dez mil reais... Um exemplo, não tem empregado de empresas que ganha o salário-mínimo. O salário-mínimo é uma base para comprar voto no Nordeste, porque quando o casal é aposentado e a mulher recebe o salário... Tem o clima da região, e lá é muito difícil, e com três mil reais, lá no sertão do agreste, vive-se com facilidade. Aqui nós estamos em um lugar, que não existe... Vou contar para o senhor, sou um homem que tem oitenta e seis anos, levanto todos os dias às 5h da manhã, pego a minha caminhonete e vou para a fazenda e trabalho o dia inteiro. E não é porque eu estou de férias, não, é porque eu não preciso...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Isso é escravidão, deputado.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Eu sou escravo de mim mesmo, por isso fiquei rico.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Então...

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Então, eu vendi e comprei o meu trabalho para mim mesmo.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu queria que os trabalhadores tivessem o seu capital...

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Eu quero dizer para Vossa Excelência que não tem lei que me obrigue a ter um empregado com quarenta e quatro horas e que baixe a carga horária dele para trinta e seis e que receba o mesmo valor! Porque subiu! Se o Governo, ao invés de fazer isso... Vou dar uma ideia para o senhor, o pai dele nunca trabalhou, então ele quer ensinar o povo a não trabalhar. Então, quero dizer para Vossa Excelência, se ele diminuísse a carga do empregador, as contribuições, porque você pega um empregador, as contribuições e tal... Você paga um empregado que ganha mil, quinhentos e trinta reais ou mil, seiscentos e trinta, um salário mínimo, no fim do mês ele custa três mil reais, por causa dos encargos. Pegar um país igual ao nosso... Ontem, o deputado Zeca do PT falou da [produtividade da] fazenda Erama, mas, quando o senhor colhe sessenta sacas de soja e põe dentro do secador, trinta sacas vão para pagar despesas, fora os 12% de ICMS...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Tem que pagar imposto, deputado.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Mas não estou dizendo...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Como é que o Brasil vai crescer sem pagar imposto? Vocês querem receber o lucro da produção e tudo e não pagar imposto?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Vossa Excelência está enganado. Não estou dizendo que não tem que pagar, estou dizendo que paga!

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Paga uai, tem que pagar mesmo!

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Não estou dizendo quer não tem que pagar.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — E o trabalhador também tem o direito de receber um bom salário e ter o direito de descanso.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Espera um pouquinho...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — O senhor está defendendo o capital.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Pergunto para Vossa Excelência: qual a carga tributária que temos perto de 40%? Mais a contribuição que tem o produtor rural, ou o trabalhador, certo? O que está acontecendo conosco? Vá ao Paraguai, onde o imposto não passa de 10%.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Vá à Europa, deputado! Veja a carga tributária de lá! Quanto é? Vá lá que o senhor vai ficar feliz em morar no Brasil.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — A melhor coisa, para mim, no meu ponto de vista, era não ter fiscal e tributar tudo em 20%. O Governo receberia muito mais do que os 27,5% de Imposto de Renda e tal, porque tem a questão da sonegação e Vossa Excelência sabe disso. Não estou dizendo que o empregado não mereça, deputado. Estou dizendo que tem que deixar a pessoa livre, porque, hoje, Vossa Excelência está discutindo uma coisa, quantas empresas têm a jornada de trabalho de menos de quarenta e quatro horas? Quantas já têm? Porque isso se decide com o sindicalista, com os empregados e com o patrão. Quantas horas você quer trabalhar? Trinta e seis horas, ganhando dez mil reais, divide-se os dez mil por quarenta e quatro e multiplica por trinta e seis. Tem que pagar, inclusive, o direito trabalhista, porque ele tem décimo terceiro, tem férias, tem licença-maternidade, licença-paternidade. Tem um monte de licenças, porque no Brasil, acho que ninguém trabalha, porque todo mundo vive de licença. Então, eu quero dizer para o senhor...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — É verdade.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Que eu não estou contra nada...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Deputado, o senhor já falou mais do que eu aqui, o seu aparte já está mais comprido que o meu pronunciamento.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Então, vou concluir, porque Vossa Excelência é muito educado e meu amigo "para caramba". Deixa o povo livre para trabalhar quantas horas quiser, porque quanto mais ele trabalha, mais ele ganha. Não existe ninguém que não queira pagar a quem trabalha. Agora, o problema nosso... Não deveria nem falar isso, deputado, mas se nós, produtores rurais, tivéssemos concurso público, poderíamos simplesmente fechar a empresa e ir embora, porque não dá para tocar da forma que Vossa Excelência quer, da forma que o senhor governador quer. Não vai passar no Congresso, porque os deputados sabem que, se passar, eles vão perder a eleição.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Para de choradeira, deputado Zé Teixeira, o senhor está rico, ficou rico com essa carga tributária. Quando o governo quer melhorar um pouco a vida dos trabalhadores, vocês já começam a chorar. Vocês não vão perder, não! Vão continuar ganhando. Eu fico impressionado com essa choradeira do capital no Brasil e quando o senhor fala para deixar livre, haverá muito empresário praticando trabalho escravo. Tem que ter lei para regular, sim. Conheço muito bem a vontade de muitos empresários: não ter férias remuneradas; não ter décimo terceiro; não ter licença-maternidade. Querem acabar com tudo isso. Querem o trabalhador esfolado, trabalhando para gerar riqueza para essas pessoas. No Brasil, como o senhor disse, uma boa parte não cumpre mais essa jornada de quarenta e quatro horas semanais. Já reduziu. O Brasil já está preparado para implantar essa redução da jornada de trabalho. Essa chiadeira já aconteceu em outras épocas da história. "O Brasil vai quebrar". Nunca quebrou!

É importante que os trabalhadores tenham qualidade de vida, tenham a oportunidade de viver mais com as suas famílias, tenham lazer e tenham tempo para estudar. De acordo com o levantamento realizado pela economista Marilane Teixeira, da Unicamp, uma possível redução da jornada de trabalho de quarenta e quatro para trinta e seis horas semanais pode criar até quatro milhões e meio de emprego e elevar em 4% os níveis de produtividade no Brasil. Então, os estudos mostram que o país já está pronto para a redução da jornada sem redução de salário, sem impactar negativamente o PIB, a produtividade das empresas. É uma mentira quando dizem que isso vai custar bilhões para o país, que vai quebrar as empresas, diminuir a produtividade. Tudo isso é mentira, comprovada pelos estudos técnico-científicos de professores das universidades. Hoje, estamos vivendo a inserção da tecnologia, deputado Zé Teixeira. Há mais tecnologia na produção que vai permitir ao trabalhador trabalhar em casa. Já tem o "home office", tem gente que nem vai para a empresa mais, fica em casa e, em pouco tempo, realiza todas as atividades. O senhor quer voltar à época da Idade da Pedra Lascada? Quer voltar à época da Idade Média, do feudalismo? Estamos, cada vez mais, com tecnologia inserida na produção, que vai permitir diminuir as horas de trabalho da classe trabalhadora. Quando houve a redução da jornada de trabalho, instituída na Constituição de 1988, de quarenta e oito horas semanais para quarenta e quatro horas, foi constatado, com essa diminuição do tempo de trabalho, que houve melhoria na qualidade de vida do trabalhador. Viu-se um aprimoramento no desempenho das funções, o que explicaria, em algum nível, o aumento da produtividade do trabalho, com uma taxa média anual de 6,5%, entre as décadas de 1990 a 2000. Vejam que isso já é constatação, quando reduziu a jornada de trabalho, aumentou a produtividade nas empresas. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre os países do G-20, o Brasil é o sétimo país com a maior média de horas trabalhadas por semana. Está ouvindo, Zé Teixeira? Dos países do G-20, o Brasil é o sétimo com a maior média de horas trabalhadas por semana. E falam que o brasileiro não trabalha, que é folgado, sendo que é um dos que mais trabalham no mundo, está apenas atrás da Índia, da China, do México, da África do Sul, da Indonésia e da Rússia. As menores médias de horas trabalhadas por semana são, da menor para maior: Canadá, Austrália, Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Japão, Argentina, Estados Unidos — que o deputado Zé Teixeira falou, tem uma média menor do que a do Brasil — e a Coreia do Sul. É uma tendência mundial, com a finalidade de garantir que os trabalhadores trabalhem com maior satisfação e tenham um tempo de viver com a sua família. Vejam os trabalhadores nas grandes cidades, levantam às 5h da manhã, pegam ônibus para chegar às 7h da manhã ao trabalho. Chegam a casa quase às 22h. Que tempo tem esse trabalhador para olhar para os seus filhos? Para ter uma convivência com a sua esposa dentro de casa? Para cuidar dos seus filhos menores? Que lazer tem esse trabalhador que tem só o domingo para arrumar o seu carro velho, que está quebrado, para arrumar uma telha, que está quebrada, na sua casa? Chega de exploração da classe trabalhadora, como vemos em muitos casos, que recebe salário-mínimo e tem um mínimo de tempo em casa de convivência e, inclusive, de cuidado da sua saúde. Vamos ouvir muito essa chiadeira, já ouvi presidente de partido de direita dizer: "Não vamos deixar passar isso no Congresso Nacional, vamos nos unir e vamos derrotar essa proposta". O Brasil amadureceu e está preparado para implantar uma jornada de trabalho menor para classe trabalhadora e garantir que todos possam, inclusive com maior

distribuição das riquezas, garantir maior qualidade de vida para todos e para todas. E eu sou defensor da regulação das relações de trabalho, da relação entre capital e trabalho, porque senão houver essa legislação, que regulamenta essas relações, a gente sabe que a tendência é cada vez mais uma maior exploração dos trabalhadores no mundo do trabalho. Então, eu espero que esse debate avance. Para o Governo do presidente Lula, é uma prioridade aprovar o fim da escala seis por um este ano ainda, antes das eleições, para que a proposta que existe no Congresso entre de forma gradativa, cada ano reduzindo uma hora da jornada de trabalho dos trabalhadores, até chegar ao patamar de trinta e seis horas semanais. Espero que, no futuro, quando isso já for uma realidade, tenhamos, lá na frente, uma discussão ainda por maior redução da jornada de trabalho e as pessoas vão dizer: "Lá no ano de 2026, quando essa proposta foi debatida, havia empresários dizendo que o país não ia aguentar, que os empresários tinham que ir embora do Brasil, que o Brasil ia quebrar". Vamos ver que isso vai entrar para os registros da história, mas garanto para vocês que o Brasil não vai quebrar, como não quebrou quando a classe trabalhadora conquistou os seus direitos e esses direitos precisam ser garantidos, preservados e que tenhamos maior qualidade de vida para a classe trabalhadora brasileira. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo. Mara Caseiro...

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, gostaria de falar, até para enaltecer a apresentação que foi feita hoje, em alusão ao Dia Internacional das Mulheres e fazer uma retrospectiva de todas as ações que foram realizadas ao longo do Governo Eduardo Riedel, do Reinaldo e desta Casa, que não abre mão de estar defendendo a vida, a família, os princípios, os valores e, acima de tudo, as mulheres, que receberam de Deus essa missão tão nobre de trazer a vida a este mundo. Quero parabenizar Vossa Excelência e a Mesa Diretora. O deputado Zé Teixeira me pediu com tanta veemência e, levando em consideração a amizade pelo tema que hoje está sendo discutido em nível nacional, gostaria de inverter meu tempo para que ele pudesse usar a tribuna nesta quinta-feira, dia 5 de março de 2026.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Por gentileza do deputado Professor Rinaldo, por inversão, com a palavra, o nobre deputado Zé Teixeira. Vossa Excelência dispõe de dezessete minutos.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, deputadas, senhoras e senhores, primeiro, quero agradecer ao deputado Professor Rinaldo pela cedência do tempo. Segundo, quero parabenizar Vossa Excelência, a Mesa Diretora nas pessoas dos deputados Paulo Corrêa e Mara Caseiro. Cumprimento pela festa linda no café da manhã, oferecida às mulheres, apesar de faltarem dois dias para o Dia Internacional das Mulheres, que é dia 8, Vossa Excelência fez um brilhante café da manhã, valorizando a mulher. O nosso estado está no topo do feminicídio e nós, da Casa, temos de demonstrar o contrário. Ouvi com muita

atenção a palavra do deputado Pedro Kemp e quero colocar dois pontos fundamentais. Primeiro, eu, Zé Teixeira, comecei a minha vida de empregado e nunca tive na minha vida uma carteira registrada, nunca. Eu sempre fui um cara que ganhei pelo que trabalhei, pelo que produzi como comissionado, comprava boi e ganhava por boi. Se eu comprasse mil, eu ganhava por mil. Se eu comprasse dez mil... E aqui quero deixar a minha homenagem e a lembrança saudável do meu primeiro patrão, Zé Tavares do Couto, que foi dono da Matel. Comecei a trabalhar com ele com vinte e sete anos em 1967. Segundo, nunca fui contra jornada de trabalho, nunca! Por mim, se o Governo quiser colocar vinte horas de trabalho por pessoa, que Deus o abençoe e que ele coloque, mas nunca vi na história de um país que quer crescer, que quer se desenvolver, que quer progredir, uma lei feita por congressistas num ano eleitoral. É uma lei 100% eleitoreira. É evidente que a pessoa que trabalha quarenta e quatro horas como professora, se reduzirem o trabalho dela para trinta e seis horas e se ela for uma pessoa inteligente e trabalhadora, ela vai pegar as oito horas que tiraram dela e vai trabalhar em uma escola privada. Se ela quiser, é um direito dela. Na minha opinião, quanto mais você trabalha, mais você ganha, porque o capital e o trabalho não andam separados. Se não tiver o capital, como é que compra o trabalho? Eu acho que a lei é perversa, ninguém pode obrigar a pessoa e dizer: "Você só vai trabalhar trinta e seis horas, depois disso, você não pode mais trabalhar". Isso é uma piada, porque, se a pessoa trabalhar quarenta e quatro horas e tiver o direito por lei de fazer trinta e seis horas, eu pergunto para você... O empresário que hoje conversa sobre... E ninguém está conversando de salário-mínimo, não! Hoje, o gerente de banco ganha vinte, trinta mil reais. A tecnologia chegou e o que aconteceu? Antigamente, quando eu comecei a trabalhar, teve gente que terminou a aposentadoria dele sabem onde? Na cidade de Deus, sentado ao lado do presidente do Bradesco e fui eu que arrumei um emprego para ele em 1965, lá em Dourados. Com a tecnologia, o que aconteceu? Fecharam os bancos para o trabalho. Hoje você pega o iPhone — que não tem hora trabalhada, não tem férias, não tem décimo terceiro, não tem nada — e ele faz tudo para você. Você compra, você vende, você paga, você faz o que quiser. Faz mais de dez anos que não entro no banco, porque não tenho mais necessidade de conversar com ele, porque, hoje, faz-se tudo pelo telefone e o desemprego chegou ao banco. A mesma coisa vai acontecer com o Estado, que caminha para a tecnologia. O que está acontecendo? Fechando as exatarias, fechando as agências da lago. Você tem o seu cadastro e sua senha, entra, sem esperar a boa vontade do cara que vai fechar às onze horas e não te espera dez minutos para você tirar uma nota. Com o telefone, tira-se um atestado de vacina, tira nota do gado, tem ainda três dias para ele ir ao banco para recolher. Então, vai desempregando e, assim, por diante. Está chegando a Inteligência Artificial, talvez eu não vou ter o conhecimento para discutir isso pelo tempo que nasci, mas as crianças, os meus bisnetos já estão discutindo. Pegam uma foto de uma pessoa qualquer e põem ao lado de você, já aparecem as pessoas fazendo esse tipo de coisa e, conseqüentemente, virá mais desemprego. Quando você, por lei... Vocês lembram o período em que o Temer fez a Reforma Trabalhista, o tanto que ele ajudou, como que eu vou pagar trinta e cinco, quarenta mil reais por ano? A Famasul... Para pagar para a federação da agricultura do Brasil [Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil] depois que me desobriguei disso, nunca mais paguei a contribuição do sindicato, porque tudo de que eu preciso, tem que arrumar advogado particular para cuidar da minha vida e das coisas

que acontecem. Fez-se uma Reforma Trabalhista, que todo mundo reclama. Outro dia, disseram que queriam revogar a Reforma Trabalhista. No passado, você tinha um empregado que ganhava cinco mil reais por mês. No fim do ano, você era agradecido ao que ele produziu, ao que ele te ajudou, você dava mais dez para ele de presente. Sabem o que os empregados, os advogados trabalhistas e o Ministério do Trabalho faziam? Incluía aqueles dez mil como salário e me obrigavam a indenizar. O que fez o Ministério do Trabalho? Ele nos livrou até de ajudar os empregados, que é o que você queria dar. Agora, eu falo com propriedade, porque na minha fazenda, os meus empregados que estão lá, vivos, os filhos deles estão trabalhando comigo. Por quê? Quem ajuda você a crescer na vida, você tem que levar com você. Eu tenho uma doméstica negra, minha comadre Maria José, que entrou na minha casa com dezoito anos, está com setenta e dois e está lá trabalhando com dois salários. Sabe por quê? Porque ela é trabalhadora, ela é uma pessoa que gosta de ganhar dinheiro. Por isso que ela já tem duas, três casas de aluguel, e se ela não trabalhasse, eu não iria querer mais ela; depois que se aposentou, ela ia embora e viria uma outra. Voltou para a minha casa com setenta anos, porque faz a melhor comida que já comi durante cinquenta anos. Ela trabalha porque quer, ela que foi me procurar: "Seu Zé, eu não tenho mais o que fazer, eu ainda dou conta de trabalhar, se o senhor não quer que eu volte..." Mas é claro que quero, Maria José. Você tem a porta aberta aqui. Você prestou um serviço de mais de trinta e cinco anos e deixou a porta aberta. Contratei de novo, registrei em carteira e ela é aposentada, recebe um salário e recebe outro, e ainda continua contribuindo com o salário dela. Quem quer trabalhar, trabalha; quem não quer trabalhar, não trabalha. Mas pegar uma lei de governo para limitar? Você só pode trabalhar trinta e seis horas? Gente, deixa livre. Quem quer trabalhar trinta e seis, trabalha; quem quer trabalhar dez, trabalha; quem não quer trabalhar de jeito nenhum, como tem o regime eleitoral, tem o vale-gás, que veio para arrumar voto, tem a picanha que não entregou, mas substituiu por abóbora, tem agora essa discussão por lei que não precisa mais trabalhar quarenta e quatro horas, só trinta e seis. Isso é uma discussão que não cabe, por lei, à nossa Casa de Leis. Cabe ao empregador! Você vai ganhar dez para trabalhar quarenta e quatro horas; você quer ganhar doze para trabalhar cinquenta? O cara topou! Se ele é um cara competente e quiser trabalhar, é problema dele. Lei para obrigar a pessoa a trabalhar só trinta e seis horas só existe em um país emergente como o nosso, porque em um país evoluído, não. A pessoa trabalha o tanto que ela quiser. Agora, a remuneração, evidentemente, que é pelo tempo trabalhado. Tem gente que não precisa nem trabalhar, só pensar em quantas pessoas se tornaram milionárias com o desenvolvimento de um programa. Fizeram e depois venderam o programa... É isso que está acontecendo. Fico triste quando vejo em ano eleitoral: é mais social, é mais gás, é mais picanha, é mais abóbora, é jornada de trinta e seis horas. Não é isso que um país que quer sair da condição de emergente... Um país de primeiro mundo investe na educação, investe na saúde, investe na infraestrutura, respeita quem trabalhou e está aposentado e precisa receber seu salário, porque, quando você vai mexer com o negócio de previdência, está tudo quebrado. Qual foi o dia que o Partido dos Trabalhadores subiu nesta tribuna, deputado Gerson Claro, e falou do roubo do INSS? Nunca tocaram no assunto. Isso eles pegam, põem debaixo do tapete e ficam quietos. Quando o Partido dos Trabalhadores veio aqui falar do Master, do banco Master? Ninguém veio falar, porque é uma roubalheira que dá até vergonha e está envolvido

no roubo do INSS também, em negócio de consignado. Qual foi o dia? Ontem, estava discutindo, falaram que vão para Brasília atrás do Boulos, para ajudar os índios. Imaginem o país tocado por aquele Boulos. Imaginem o país tocado por Gleisi Hoffmann! Imaginem o país tocado por Zé Dirceu! Imaginem o país tocado por Zé Genuíno! Vocês conhecem o histórico, o passado, o que aconteceu no país. Então, deixem o povo livre. Se a lei é para ser respeitada: "Oh, meu patrão, eu não quero trabalhar mais de quarenta e quatro horas, quero trabalhar só trinta horas". Tudo bem! Você vai ser remunerado por trinta horas. "Mas em vez de trabalhar quarenta horas, vou trabalhar trinta; em vez de eu ir almoçar meio-dia e voltar às 14h, vou comer rapidinho e vou produzir em trinta horas o que eu produzo com quarenta e quatro". Paga o mesmo salário para ele, se ele produzir. O que não pode é ser obrigado por uma lei a pagar uma coisa que a pessoa não está produzindo. Aí não está certo, porque o capital está pagando uma coisa e vai ficar descapitalizado. O deputado Coronel David já foi embora, mas vamos ver como é a carreira do policial. Trabalha-se só vinte e quatro horas — imaginem vocês — e descansa setenta e duas! Imaginem, em nosso estado, cidadezinha pequenininha igual Jateí, ou Juti, onde às 21h a cidade já morreu, já fechou, porque tem pouca coisa para fazer, de cada dois policiais, peguem um. O salário dele é cinco mil e quatrocentos, cinco mil e setecentos, seis mil reais e fala: "Vamos fazer o seguinte, na cidade pequena, você vai trabalhar de dia e vai dormir de noite. Se, em vez de pagar seis, se pagar doze, o Governo está ganhando. Pergunta para o policial se ele não topa. É só pagar, porque é isso que estou dizendo. Então, tem muito tipo de coisa que está errado. Em um estado igual ao nosso, a carreira policial tinha que ser revista por eles próprios: "Eu não quero trabalhar vinte e quatro por setenta e duas, eu quero trabalhar quarenta e oito por quarenta e oito. Quanto o senhor me paga? Em vez de eu ganhar seis, eu ganho nove, então, quero trabalhar quarenta e oito". Deixa a pessoa escolher, deixa a pessoa decidir a vida dela, deixa a pessoa saber se ela quer ganhar dinheiro ou se ela não quer ganhar dinheiro. Não consigo entender, fazer uma lei federal e dizer que vai tirar oito horas por semana do trabalhador e vai ter que pagar a mesma coisa. Então, vamos fazer o seguinte, vamos propor para o Governo: beleza, em vez de tirar só oito horas, vamos tirar quatorze, em vez de trabalhar quarenta e quatro, vai trabalhar trinta. E as quatorze horas, o Governo paga. Deputado Pedro Kemp, que me perguntou, eu vou fazer uma proposta para Vossa Excelência, vamos combinar com o Lula, em vez de trabalhar trinta e seis horas, vamos trabalhar só trinta, vamos tirar quatorze horas. Trinta horas, eu pago; quatorze horas, ele paga e toca a campanha para ele arrumar o voto. Não tem problema, mas não dá para ele tirar as horas e deixar a despesa na minha conta.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Para de chorar, deputado. O senhor representa 1% da população brasileira. O senhor saiu da Bahia, veio para cá pobre e conseguiu se tornar um empresário bem-sucedido. O senhor é uma exceção! Quero que o senhor me diga se um trabalhador da construção civil — que levanta cedo, trabalha o dia inteiro, carregando tijolo, assentando tijolo — vai conseguir fazer o mesmo caminho que o senhor fez. Não vai conseguir! A maioria esmagadora da classe trabalhadora trabalha a vida inteira recebendo um salário e não consegue ter essa ascensão social que o senhor teve. Como o senhor disse, capital e trabalho andam juntos, certo? O que nós temos que fazer é regular essa relação do capital e trabalho para favorecer também aquele trabalhador que

não tem capital, para ele poder ter uma qualidade de vida melhor. É isso, deputado. Lá na frente, o senhor vai concordar comigo, vai falar que o presidente Lula estava certo.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, só para concluir. Deputado Pedro Kemp, o senhor me deixou uma dica fantástica. O senhor está chamando os pedreiros e os chefes de obras de incompetentes. Sabe por quê? Porque eu conheço muitos chefes de obras que montaram a sua qualidade, o seu conhecimento e, hoje, são donos de empresas e estão construindo prédios. O senhor está falando que as pessoas têm que diminuir as obras por falta de capacidade, sendo que o pedreiro, hoje, se ele for realmente capaz de assentar o piso direitinho na sua casa, ele não trabalha mais por cem reais, não, o valor é trezentos reais por dia pela qualidade do trabalho. Primeiro, tem que ser trabalhador; segundo, tem que ter competência e força de vontade. Muito obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Mas ele nunca vai ser um fazendeiro igual ao senhor. Nunca vai ser.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, muito obrigado. Encerrei a minha fala e não estou dizendo que sou contra a nada. Quer trabalhar trinta horas? Trabalhe, desde que a pessoa queira. Eu sou contra fazer lei em ano eleitoral para fazer fantasia, e tem muito cara da direita que vai votar a favor. Estou tranquilo, meus empregados me conhecem, há quarenta anos que estão na minha fazenda e tratei dos filhos deles. Não vou ter problema com isso, não. Para mim, tanto faz como tanto fez, porque eles sabem o meu sistema e sabem o que eu faço por eles, porque eles não trabalham de graça, não. Se eles trabalharem duas horas a mais por dia, eles recebem no fim do mês, ou no fim do ano, quatro, cinco, seis horas a mais, porque isso é que o empresário quer: que aquela pessoa produza.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Não conheço ninguém que manda embora um trabalhador que, realmente, produz. Muito obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu vou enviar uns currículos para o senhor contratar umas pessoas para mim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Grande Expediente. Quero agradecer a presença das seguintes pessoas: Kaudi Filho, vereador do município de Mundo Novo; Ivonete Mendonça, vereadora do município de Ivinhema; Evaldo Carlos, vice-prefeito do município de Mundo Novo; Roberson Moreira, prefeito de Ribas do Rio Pardo; Tânia Maria de Souza, presidente da Câmara de Vereadores de Ribas do Rio Pardo; Dione Tavares, vereador do município de Ribas do Rio Pardo; José Heleriano, vereador de Ribas do Rio Pardo; Charlin Castro, secretário municipal de Esporte, Turismo, Juventude e Lazer de Ribas do Rio Pardo; Ricardo da Silva, diretor do Núcleo de Inovação e Planejamento do município de Ribas do Rio Pardo. Os nossos agradecimentos, obrigado

pela presença na Casa de Leis. O Dia das Mulheres vai cair no fim de semana, mas quero parabenizar as mulheres, renovar o nosso compromisso de luta, de reflexão e de conscientização para que a mulher possa —, além do combate a qualquer tipo de violência doméstica, de violência contra a mulher — estar onde ela quiser. Esse é o lugar da mulher. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — É isso mesmo, senhor presidente. Faço um convite para a sessão solene em homenagem às mulheres, no dia 10 de março, às 9h, neste Plenário. Convidamos todas as mulheres e parabeno as nossas servidoras públicas. Hoje não pude estar no café da manhã que Vossa Excelência e todos os deputados e deputadas ofereceram às servidoras, porque estive no presídio feminino, homenageando aquelas policiais penais que fazem um trabalho maravilhoso, representando esta Casa de Leis. Parabéns às mulheres e que possamos continuar lutando por políticas públicas em defesa dos direitos de nossas mulheres. Obrigada, senhor presidente.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, com relação ao Requerimento nº 334/2026, sobre a questão do sumiço dos valores consignados do Estado, aproveitando que ele entrou em pauta, ou seja, não tem nenhuma inconsistência técnica quanto à legalidade, regularidade de tramitação, vou pedir a retirada porque vou fazer uma adequação quanto ao recorte apenas da data. Vou pedir a retirada e vou me aprofundar, porque estou sentindo que há uma vontade de o Governo responder, já que ele chegou até aqui. Então, só vou readequar a data e vou repô-lo amanhã, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Retirado de pauta o requerimento do deputado João Henrique. Agradecemos a presença de Edson Aparecido, secretário municipal de Comunicação do município de Taquarussu. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Pergunto ao senhor segundo-secretário se há quórum para deliberação?

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove deputados e deputadas presentes. Há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 1. Em discussão única. Projeto de Lei nº 324/2025. Autor: deputado Pedro Kemp. "Declara de utilidade pública o Instituto Jordão Santana, com sede no município de Campo Grande". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 324/2025, de autoria do deputado Pedro Kemp.

Presidente — Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são quinze votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em discussão única e votação nominal. Projeto de Lei nº 082/2025. Autor: João Henrique. "Acrescenta dispositivos à Lei nº 3.954, de 11 de agosto de 2010, que dispõe sobre a criação da Política de Promoção da Leitura Literária nas Escolas Públicas do Estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral nº 01, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão o item 2. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 085/2025, de autoria do deputado João Henrique.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são quatorze votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Parabéns, deputado João Henrique. Queria até ter votado, deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — É novo isso, eu ser unanimidade nesta Casa.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Unanimidade dos presentes que aqui votaram.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Tudo pela literatura. Com a palavra, pela ordem, deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORREA (PSDB) — Queria parabenizar o deputado João Henrique, é uma iniciativa interessante e queria registrar que foi voto favorável do deputado Pedro Kemp. Fiquei emocionado também.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Tudo pela literatura. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 258/2024. Autor: deputado Zé Teixeira. "Proíbe, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, o constrangimento a vigilantes patrimoniais que se encontrem no exercício da profissão, nos termos que menciona". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral nº 01, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, quero declarar meu voto favorável ao projeto do meu amigo, deputado Zé Teixeira, que está demonstrando que é a favor da classe trabalhadora. Fez um projeto para evitar constrangimento a vigilantes

patrimoniais, algo que acontece muito. Quero demonstrar que é um empresário, mas com espírito de humanidade... Não, deputado, aí o senhor já está exagerando. Então, meu voto favorável e parabéns pelo projeto, deputado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro – PP) — Ainda em votação. O deputado João Henrique não votou. Deputados Marcio, Jamilson, Professor Rinaldo...

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, já que não está funcionando on-line, gostaria de registrar meu voto e parabenizar o deputado Zé Teixeira. Conheço bem esse trabalho. Aliás, eu tenho orgulho da minha história, entrei na universidade federal como vigilante e, depois de dois anos, fiz o concurso interno para área administrativa e, realmente, sei do que se trata, porque esse funcionário é o primeiro que chega à empresa e é o último que sai. Muitas vezes, ele só é lembrado quando... "Ah, você poderia me ajudar a trocar esse pneu? Você poderia me ajudar a fazer tal coisa?" Às vezes, esse tipo de servidor é tratado como uma segunda categoria. Sempre digo que toda profissão tem a sua relevância e, mais do que nunca, é preciso que nós valorizemos essa profissão e todos os vigilantes têm que ser enaltecidos. Parabenizo o deputado Zé Teixeira e voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.

Projeto de Lei nº 258/2024, de autoria do deputado Zé Teixeira.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Com o voto do deputado Professor Rinaldo, são quinze votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto, vai à segunda discussão. Item 4. Em discussão única e votação simbólica. Três requerimentos — com a retirada de pauta do requerimento do deputado João Henrique — quinze indicações e cinco moções de congratulação. Em discussão... Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 5. Moção de pesar, apresentada pelos deputados Lidio Lopes e Pedro Kemp, em razão do falecimento do senhor Celso Bejarano Júnior. Em votação. Os deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Mais uma vez, senhores deputados das comissões de mérito, temos projetos do Tribunal de Justiça, a CCJR está bastante avançada com as votações, mas nós temos projetos da Educação, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas aptos a serem votados nas comissões. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Ele não foi vigilante, o deputado Professor Reinaldo é vigilante. Continua vigilante na defesa da população e no direito da população de Mato Grosso do Sul. Está registrado na ata, deputado. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Registrando a vigilante participação do deputado Professor Reinaldo e nada mais havendo a tratar, esta presidência vai declarar encerrada a presente Sessão. Obrigado (11h15min).